

Neste ano de 2001, a ANPAE comemora 40 anos de sua fundação, em São Paulo, evento que indica o ânimo e a capacidade de organização de então professores de Administração Escolar, disciplina integrante dos currículos dos cursos superiores de formação de professores e das escolas normais de nível médio, para fomentar a pesquisa, disseminar o conhecimento neste campo específico e também para contribuir na educação continuada do pessoal em exercício nos sistemas e instituições de ensino, com vistas à qualificação de suas práticas de gestão. As reuniões nacionais realizadas em diferentes pontos do país, congregando associados e interessados de todas as regiões, e as publicações, que desde o início foram freqüentes embora não sistemáticas, foram formas consagradas de comunicação entre os associados e de atuação da ANPAE.

Com o crescimento da entidade, em termos de número de associados e capilaridade espacial, ao tempo em que se fortaleciam as condições de formação docente e produção científica no país, inclusive com o desenvolvimento da pós-graduação e dos movimentos pela democratização da gestão no setor da educação, tornou-se possível para a ANPAE um projeto mais ousado, o de criar e manter uma publicação periódica, com padrões editoriais acadêmico-científicos. Esta é hoje a nossa *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, que é distribuída aos associados, como parte de seus direitos sociais, e que conta com reconhecimento em círculos cada vez mais amplos de autores e leitores. A sua distribuição por vendas avulsas e por assinaturas de bibliotecas públicas, universitárias e escolares, como de profissionais e estudantes, ainda de proporções modestas, pode agora ser mais impulsionada, com o concurso da extensiva organização da ANPAE, que conta com ativas seções estaduais e com apoio em núcleos de pesquisa de diversas universidades. Assim, a vitalidade dos 40 anos da ANPAE traz também para a RBPAAE novas idéias e perspectivas de trabalho. Esta é uma delas, ainda embrionária, gerada em informais contatos no espaço associativo, mas já com acolhida inicial pelo Conselho Editorial, que este volume 17 vem circular. Sua potencialidade para a expansão do raio de atuação da ANPAE será, por certo, coadjuvante de outros importantes projetos que o entusiasmo do corpo social e dos dirigentes da ANPAE, em todas as distintas e importantes funções que realizam, vem produzindo. Dentre estes cabe destacar, por sua complementaridade com a produção e disseminação da Revista, os tradicionais e os novos eventos da ANPAE, as atualizadas informações disponibilizadas na Internet (<http://www.anpae.org.br>) e o mais recente projeto, que é a Biblioteca ANPAE, uma promissora coleção de livros, monografias e relatórios de pesquisa dedicados à política e administração da educação.

A celebração do marco inicial de 1961, possibilitou que, neste número, tenhamos uma **Sessão Especial**, dedicada à memória da Associação, da organização da Administração da Educação como campo de conhecimento e de dois ilustres associados. Benno Sander e João Gualberto de Carvalho Meneses foram convidados pela atual Presidente,

Rinalva Cassiano Silva, e pela coordenadora do evento, Lourdes Marcelino Machado, para realizarem pronunciamentos comemorativos ao 40º aniversário de fundação da Associação Nacional de Política e Administração da Educação. Os dois textos, em linguagem que não esconde o privilégio e a intimidade do lugar e da audiência, foram pausadamente lidos e muito aplaudidos na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, no dia 11 de abril de 2001. Já ali, na emoção do momento, inúmeros colegas sugeriram a publicação dos pronunciamentos na Revista Brasileira de Política e Administração da Educação; o que, após, foi referendado por membros do seu Conselho Editorial.

Como partícipe da trajetória associativa há mais de vinte anos e observadora de muitas faces de nossa área de estudos e prática profissional, posso testemunhar que ambos textos trazem não apenas a memória de fatos e personagens, mas também – e importantemente – a análise, a opinião e o posicionamento de seus autores sobre a história e os desafios com que se defrontam os educadores e os pesquisadores de Política e Administração da Educação, no presente e no futuro de nosso país. Por tudo isso, considero-os uma leitura informativa e instigante para nossos alunos e nossos projetos de investigação e ação. Merecem esta Sessão Especial; convocam-nos a uma sessão especial de repensar o pensar e o fazer Política e Administração da Educação.

Este volume 17, número 1, publica também mais cinco artigos, selecionados pelo processo habitual de avaliação editorial, dentre os que foram submetidos à RBPAE durante o primeiro semestre de 2001. São contribuições que nos foram diretamente encaminhadas pelos autores ou foram enviadas por colegas que nos têm auxiliado na aproximação de autores e textos com potencial interesse para nossos leitores. Estas são formas não apenas importantes mas imprescindíveis de composição das opções editoriais, para um periódico – como é o caso da RBPAE – que pretende manter e elevar seu reconhecimento na comunidade acadêmico-científica e profissional, ampliando a circulação nacional e desta aos domínios da língua portuguesa e dos estudos latino-americanos. Por este motivo, manifesto também de público os agradecimentos do Conselho Editorial e de Editora aos companheiros, autores e “perdigueiros”, que nos incentivam e permitem que se possa oferecer nas páginas da *Revista da ANPAE*, como esta é também informalmente chamada, um diverso e qualificado conjunto de textos, temas, abordagens teóricas e metodológicas e de realidades de referência. E renovo o permanente convite da ANPAE, aos leitores e pesquisadores deste campo de conhecimento, que enviem suas produções para exame, com vistas à sua publicação. *As Instruções aos Colaboradores* estão atualizadas na última página deste número.

Os dois primeiros artigos, agrupados em uma seção denominada de Justiça e Direito à Educação, vem apoiar um dos segmentos que na atualidade se mostram sempre presentes nos programas de cursos e disciplinas do campo da Política e da Administração da Educação. Carlos Estevão, colega da Universidade do Minho, em Portugal, contribui com um estudo teórico centrado no conceito de justiça complexa que permeia diversas esferas sociais, revisando ampla e pertinente literatura e trazendo também projeções para a compreensão deste conceito nos âmbitos da escola como organização e da formação em administração educacional, inclusive com provocações para novas agendas de pesquisa

e de docência. Já o texto de Maria de Lourdes Rangel Tura historiciza a formação dos direitos sociais face à constituição dos direitos civis e políticos no processo de legitimação do Estado moderno e situa a institucionalização da educação, direito social, com suas normas jurídicas e ações políticas, no Brasil, de 1822 a 1988, como resultante do protagonismo das elites, articuladas na evolução do pensamento e da prática liberal.

A seguir, apresenta-se o texto produzido sob a liderança de Sueli Menezes Pereira, em que são co-autoras três alunas de graduação envolvidas em uma extensa pesquisa de campo na região da Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. O artigo, além de trazer depoimentos e fragmentos da realidade escolar e de colocá-los face a conceitos como globalização, democracia, descentralização e autonomia institucional, revela a avaliação de que apesar dos avanços formais e discursivos das políticas educacionais poucas alterações vem acontecendo na estrutura administrativa e pedagógica das escolas e nos espaços de atuação dos professores.

Já o artigo assinado pelo experiente Juan Carlos Tedesco e por Nestor López, no qual são apresentados dados e fatos que indicam a complexidade dos desafios que enfrentam os países da América Latina para realizar a universalização do ensino médio representa outro nível de tratamento analítico e de interpretação política. Contudo, também vem assinalar a importância da dimensão pedagógica e cultural, do papel dos docentes e de sua formação e prática profissional para dar conta das exigências sociais, políticas e culturais que se apresentam no quadro de ampliação dos direitos à educação.

A palavra e as idéias de Anísio Teixeira sobre Educação Superior e seu projeto sobre a Universidade do Distrito Federal, ainda no período do Estado Novo, despontam do texto de Maria de Lourdes Fávero que nos permite, mais uma vez, apreciar a importância de seu trabalho com os colegas do PROEDES, na UFRJ, resgatando documentos históricos, oferecendo-lhes autoria e também a sua leitura contemporânea. Neste ano, em que temos tido muitas oportunidades de, com justiça e proveito acadêmico-político, lembrar Anísio, este artigo focaliza suas concepções de universidade, menos difundidas, e mostra a distância entre estas e as de seus adversários, que acabaram por impedir o florescimento de um projeto institucional que poderia ter feito diferença em nosso país. As instigantes questões com que a autora encerra o texto confirmam a pertinência de seu chamado para que não nos descuidemos da tarefa primordial do investigador, qual seja a de procurar entender o que jaz por detrás do aparente e das histórias oficiais; de conhecer para refletir e nos posicionarmos em relação às instituições práticas políticas e acadêmicas atuais.

Concluindo este Editorial, creio que posso ainda mencionar a riqueza que percebo na diversidade temática, teórico-metodológica e lingüística presente neste número. Como tem sido nossa política, optamos mais uma vez por manter a redação em espanhol e a versão portuguesa de nossa língua materna, assim como os distintos estilos de todos os autores.

Sempre atenta aos comentários de nossos leitores e a novas contribuições, despeço-me. Até o próximo número!

Maria Beatriz Luce